



Salário mínimo

R\$ 1.100

Dólar
Na terça-feira

R\$ 5,286
(▼0,84%)

Últimas cotações (em R\$)

14/setembro	5,257
15/setembro	5,237
16/setembro	5,265
17/setembro	5,282
18/setembro	5,331

Euro
Comercial, venda na terça-feira

R\$ 6,199

Capital de giro
Na terça-feira

6,76%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)

6,14%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Abril/2021	0,31
Maio/2021	0,83
Junho/2021	0,53
Julho/2021	0,96
Agosto/2021	0,87

CONJUNTURA / Presidentes do Senado e da Câmara discutem com o ministro da Economia o parcelamento das dívidas judiciais de R\$ 89 bilhões da União. Pela proposta, credores seriam chamados a negociar, e débitos de menor valor seriam priorizados

Precatórios: R\$ 50 bi podem ficar para 2023

Isac Nóbrega/PR - 3/5/21

» FERNANDA FERNANDES

O Congresso Nacional e a equipe econômica articulam nova proposta para solucionar o impasse dos precatórios da União. A ideia é que R\$ 39 bilhões dos títulos sejam pagos à vista em 2022, valor máximo permitido pelo teto de gastos, com base em uma atualização desse limite desde 2016. Já os R\$ 50 bilhões que extrapolam o teto seriam negociados com os credores ou adiados para 2023. O montante remanescente incluiria as superdívidas da União, aquelas de valor individual acima de R\$ 66 milhões.

O assunto foi discutido ontem entre os presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), com Paulo Guedes, ministro da Economia. A questão dos precatórios tem preocupado o governo desde o fim de julho, quando a conta das dívidas, chamada de “meteoro” por Guedes, chegou na mesa do Executivo com valor bem acima do esperado. As dívidas judiciais da União somam R\$ 89 bilhões e ocupam a maior parte do espaço deixado pela regra do teto de gastos para 2022, previsto em R\$ 136,6 bilhões.

De acordo com Pacheco, os precatórios deverão ser pagos, mas o grupo articula viabilizar a possibilidade de negociação ou transferência de parte da dívida inscrita no Orçamento de 2022 para 2023. “O pagamento dos R\$ 89 bilhões deve respeitar o teto de gastos públicos a partir de uma atualização desde 2016, que chega a um valor de R\$ 39 bilhões”, disse o presidente do Senado. Segundo Pacheco, as dívidas de menor valor teriam prioridade, para “prestigar o maior número de pessoas”.

Ainda segundo o senador, o saldo remanescente, cerca de R\$ 50 bilhões, deveria ser honrado por meio de “outros caminhos”, ainda em 2022. As dívidas que não fossem passíveis de negociação, se-



Segundo Paulo Guedes, sugestões melhoram a proposta inicial do governo, feita por meio da PEC dos Precatórios, que não foi bem recebida pelo mercado

riam empurradas para o ano seguinte. “Haveria alternativas, propostas inseridas na PEC (dos precatórios) que seriam a possibilidade de encontro de contas, compensações ou realizações com ativos. E, a partir de uma negociação legislativa e constitucional, ter uma solução para esse saldo de R\$ 50 bilhões já em 2022. Caso não haja essa possibilidade, transferir este saldo para 2023, respeitando o teto de gastos públicos”, explicou. “Essa ideia será materializada na Câmara dos Deputados”, completou.

Segundo Guedes, a ideia veio para melhorar a Proposta de Emenda à Constituição nº 23/2021, também chamada de PEC dos Precatórios, que está em análise na Câmara. “Saímos dessa reunião bastante satisfeitos com relação a nossa posição ini-

cial que está na PEC. De lá para cá, muita coisa está sendo melhorada”, disse o ministro.

Judicialização

Renato Aparecido Gomes, advogado tributarista, explica que a nova proposta é, claramente, uma manobra orçamentária para possibilitar que o governo financie o Auxílio Brasil, programa que deve substituir o Bolsa Família. Segundo ele, é importante que os credores fiquem atentos às negociações que serão propostas.

“Caso essa estratégia prevaleça, as pessoas que estão aguardando durante anos os recebimentos dos débitos terão que esperar mais um tempo. Elas terão a alternativa de aguardar esse novo prazo ou negociar a venda dos precatórios. É necessário ter

muita cautela tanto na compra quanto na venda desses direitos”, alertou o especialista da Gomes, Almeida e Caldas Advocacia.

O economista Daniel Miraglia, chefe da Integral Group, explica que a solução para o impasse ainda não foi encontrada, e que é essencial incluir o Supremo Tribunal Federal (STF) na discussão. Isso porque, segundo Miraglia, existe grande risco de judicialização por parte dos credores do governo, o que tornaria a bola de neve ainda maior.

“Simplesmente jogar R\$ 50 bi para 2023 não parece ser uma solução para evitar judicialização, uma vez que esse é o principal risco desse processo dos precatórios. Por isso, tem que envolver o STF na discussão, para mitigar o risco de judicialização”, explicou Miraglia.



O pagamento dos R\$ 89 bilhões deve respeitar o teto de gastos públicos a partir de uma atualização desde 2016, que chega a um valor da ordem de R\$ 39 bilhões

Rodrigo Pacheco (DEM-MG), presidente do Senado Federal

Mercado em expectativa com a China

Após a gigante do mercado imobiliário chinês Evergrande sinalizar calote em parte de suas obrigações financeiras e derrubar bolsas de todo o mundo, na última segunda-feira, os investidores seguem em estado de observação e apreensão. Ontem, as bolsas de valores operaram com cautela. O Ibovespa, principal indicador da Bolsa de Valores de São Paulo (B3), recuperou parcialmente as perdas do dia anterior e fechou em alta de 1,29%. Já o dólar terminou o dia cotado a R\$ 5,286 para venda, com queda de 0,84%.

Leonardo Santana, analista de educação financeira na Top Gain, explica que os investidores aguardam o pronunciamento do governo chinês, que pode ocorrer a partir desta quarta-feira, para decidir os próximos passos. Ontem, foi feriado na China em razão do tradicional Festival da Lua, o que, para Santana, aumentou ainda mais a expectativa do mercado.

“A China ainda não deu nenhum parecer se tomará providência ou não. Existe até a especulação de que é possível que a Evergrande se torne uma estatal. Os mais desesperados falam em estouro imobiliário na China, mas são apenas especulações e pânico”, explicou o especialista.

O economista Davi Lelis, da Valor Investimentos, explica que o principal motivo que causou pânico em alguns investidores foram as comparações entre o caso Evergrande e a crise do banco norte-americano Lehman Brothers, em 2008. Na época, Wall Street foi o epicentro de uma crise internacional que afundou gigantes financeiros e empresas e levou as bolsas de todo o mundo a caírem cerca de 40%. Lelis explica que, apesar de se tratarem de duas crises no “ramo” imobiliário, as estruturas de ambas são opostas.

Lehman Brothers

“Muita gente está comparando com a crise de 2008, mas essa crise de agora é estruturalmente diferente. A crise do Lehman Brothers, que também foi do setor imobiliário, foi de fora para dentro. Um desequilíbrio do setor que começou a afetar várias empresas do ramo imobiliário. Já a crise de Evergrande vem de uma empresa específica que pode se alastrar para outras empresas, se tornando uma problema setorial”, disse o especialista.

Leonardo Santana explica que o grande impacto da Evergrande no cenário macroeconômico vem da relevância da empresa para a economia chinesa. Só em dívidas, a empresa soma mais de US\$ 300 bilhões. “Essa incorporadora imobiliária representa cerca de 2,2% do PIB da China”, afirmou. Por isso, um dos maiores riscos de uma crise de Evergrande se alastrar por todo o setor imobiliário chinês e ainda respingar em outros setores.

Privatização de aeroportos em pauta

» FERNANDA STRICKLAND

A diretoria da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) aprovou a abertura da consulta pública sobre as minutas do edital e do contrato da sétima rodada de concessões aeroportuárias. Nesta rodada, os três blocos que serão colocados em licitação são liderados pelos aeroportos de Congonhas/SP (Bloco SP-MS-PA), Santos Dumont/RJ (Bloco RJ-MG) e Belém (Bloco Norte II). Ao todo, serão R\$ 8,8 bilhões em investimentos durante os 30 anos da concessão. O lance mínimo inicial total (para os três blocos de aeroportos) soma R\$ 897,7 milhões.

Os documentos estarão disponíveis no site da Anac por 45 dias, após a publicação do aviso no Diário Oficial da União, o que deve ocorrer hoje. Concedidos em blocos, os 16 aeroportos da 7ª ro-

dada estão localizados nas regiões Norte, Sudeste e Centro-Oeste. Juntos, os terminais respondem pelo processamento de 39,2 milhões de embarques e desembarques de passageiros e 26% dos passageiros que pagaram passagens aéreas no mercado de transporte aéreo brasileiro em 2019.

Expectativa

A expectativa do governo é de que o valor final do ágio supere o valor mínimo, tendo em vista a disputa entre os investidores pelos ativos. O economista José Luiz Pagnussat, do Conselho Regional de Economia (Corecon/DF), no entanto, vê a expectativa com cautela.

Ele explicou que as concessões de aeroportos antes da pandemia foram bem sucedidas, no formato de blocos de concessões,

Rodrigo Coca/Futura Press - 1/10/07



Saguão do Aeroporto de Congonhas (SP): terminal é um dos incluídos na 7ª rodada de concessões

com um aeroporto com boa movimentação de passageiros junto com aeroportos menores, mas esse sistema pode não funcionar bem na situação atual.

“O modelo é bom, mas o contexto atual não. O setor teve uma

forte redução dos serviços na pandemia e não retomou as atividades no nível anterior. As concessionárias e as empresas do setor estão com grandes dificuldades. Não vejo grandes possibilidades de ocorrerem investimentos significativos

no setor neste momento, nem um cenário favorável no médio prazo. Além disso, esse número sobre possíveis investimentos deve estar errado ou está exagerado, considerando os blocos divulgados”, afirmou o economista.